

Quintais agroecológicas e soberania alimentar na agricultura camponesa do sertão do Pajeú, Pernambuco

Bruna Maria da Silva Rapozo¹

Resumo

O artigo traz à discussão sobre o campesinato e a produção de alimentos em quintais agroecológicos no Sertão de Pajeú, Pernambuco, e procura caracterizar as contribuições destes espaços de produção na construção de estratégias para autonomia, soberania alimentar e convivência com as especificidades naturais do Semiárido. O quintal é um sistema agrícola tradicional complexo e diversificado localizado próximo ou “ao redor” da habitação. Nesse espaço cada espécie vegetal e animal possui funções específicas. Para isso, foram realizadas revisão bibliográfica acerca da temática central do estudo, pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas com oito famílias camponesas, e visitas aos quintais agroecológicos. Com o estudo evidenciou-se que a manutenção do quintal agroecológico, proporciona às famílias, e principalmente às mulheres, condições para construção de estratégias para convivência com o semiárido, como também construção de autonomia e soberania alimentar, sobretudo porque conseguem cultivar alimentos em quantidade e qualidade para o autoconsumo e comercialização nas feiras agroecológicas e comércio local. Os quintais agroecológicos são também espaços de construção de conhecimentos, dialógicos, de socialização e do fortalecimento da autonomia social, econômica e política das mulheres, no contexto do sertão semiárido.

Palavras- chave: Agroecologia; Segurança e Soberania Alimentar; Sertão do Pajeú.

Agroecological gardens and food sovereignty in peasant farming in the sertão of Pajeú, Pernambuco

Abstract

The article brings to discussion on the peasantry and the production of food in agroecological garden in the Pajeú hinterland, Pernambuco, and the contributions of these spaces of production in the construction of strategies for autonomy, food sovereignty and harmony with the natural characteristics of the semiarid. the garden is a traditional agricultural system complex and diversified located near or "around" housing. In this space each plant and animal species have specific functions for this, were held, bibliographic review about the central theme of the study, field research, structured interviews with eight peasant families, and visits to the agroecological garden. The study showed that the maintenance of the agroecological garden, offers to families, and especially to women, conditions for the construction of strategies for coexistence with the arid, as well as construction of autonomy and food sovereignty,

¹ Doutoranda em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); E-mail: brunnarapozo@gmail.com

especially because they grow food in quantity and quality for consumption and marketing in agroecological fairs and local trade. The agroecological gardens are also spaces of knowledge building, dialogic, socialization and the strengthening of economic and social autonomy, privacy of women, in the context of the arid hinterland.

Keywords: Agroecology; Security and Food Sovereignty; Pajeú Hinterland.

Submetido em 05.12.2017. Aprovado em 14.07.2018

1. Introdução

As práticas agroecológicas são tão antigas quanto à própria agricultura. Através da leitura da natureza, experiências, erros e acertos vivenciados pelas agricultoras e agricultores em tempos históricos distintos foram construídos saberes e conhecimentos sobre a biodiversidade, agroecossistemas e culturas alimentares específicas de cada região.

Os saberes agroecológicos são conhecimentos e grande legado deixados e transmitidos pelos povos e comunidades tradicionais, no entanto, de acordo com Hecht (1998) “a Agroecologia é redescoberta e transformada em ciência a partir dos anos de 1970”, quando ela [Agroecologia] emerge como alternativa ao modelo de produção da Revolução Verde que degrada os bens naturais, concentra terra, destroem territórios, povos e comunidades tradicionais, precarizando as relações sociais e de trabalho no campo e na cidade.

No início da década de 1980 a sociedade civil, movimentos sociais e famílias agricultoras camponesas entre outros agentes mediadores, começaram a problematizar e a questionar o modelo de desenvolvimento pautado no uso irracional dos bens naturais e artificialização dos ecossistemas que desde a Revolução Industrial vêm causando a perda da biodiversidade, colocando em risco o meio ambiente, natureza e a vida dos seres humanos e planeta como um todo. Com a expansão do modo capitalista de produção no campo, conseqüentemente, houve a substituição de milhares de variedades de sementes crioulas por grãos comerciais geneticamente modificados. Com a redução da diversidade de espécies alimentícias tradicionais, animais e vegetais, o paradigma vigente tenta impor um modelo padrão de consumo e hábitos alimentares, que tem intensificado ainda mais as desigualdades e disputas entre as classes sociais, à medida que o alimento é transformado em mercadoria para produzir lucro para o capital.

O que se compreende, atualmente, como Agroecologia são práticas conhecida há bastante tempo pelas famílias agricultoras que instintivamente cultivam diferentes espécies vegetais de forma consociada e sem uso de defensivos agrícolas.

Com a contribuição do conhecimento científico os saberes tradicionais foram sistematizados para construção de ações sociais, políticas e tecnologias voltadas para as especificidades das famílias que produzem de forma agroecológica. Com relação à agricultura agroecológica, Caporal e Costabeber (2004) a classificam como um “estilo de agricultura menos agressivo ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas aos agricultores”. No entanto, a agricultura agroecológica é uma práxis milenar dos agricultores, ou seja, faz arte do conjunto de práticas e valores desses sujeitos. Nesse contexto, a agricultura camponesa possui como princípios bases de organização social a tríade: terra, trabalho e família, essa unidade nuclear vai gerar o que Chayanov (1981) chama de economia camponesa. Assim, equipada com os meios de produção esses sujeitos utilizam sua força de trabalho para cultivar a terra e obtêm como resultado do trabalho certa quantidade de bens para satisfazer as necessidades imediatas do grupo familiar, e assim, reproduzir a força de trabalho indispensável para manter a terra.

No sertão do Pajeú parte da produção agroecológica se dá nos quintais agroecológicos e sistemas agrofloretais. O termo Quintal é utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa, definido, na maioria das vezes, como “a porção de terra próxima à residência, de acesso fácil e cômodo, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais” (BRITO e COELHO, 2000). Para Nair (1989) e Young (1990) o Sistema Agroflorestral (SAF) é um sistema de uso da terra com a introdução ou retenção deliberada de árvores em associação com outras culturas perenes ou anuais e/ou animais, apresentando mútuo benefício ou alguma vantagem comparativa aos outros sistemas de agricultura resultante das interações ecológicas e econômicas.

No contexto do sertão semiárido, os quintais agroecológicos e sistemas agrofloretais se constituem como ferramentas fundamentais e ponto chave na construção de estratégias de produção de alimentos de forma diversificada que possibilita a reprodução do campesinato sertanejo e o manejo racional do bioma Caatinga. De acordo com Rigon et al. (2010) as experiências desenvolvidas pelas mulheres na produção de alimentos e plantas medicinais, em quintais têm tido papel crucial nos cuidados com a segurança alimentar, na valorização da produção para autoconsumo, no resgate da cultura alimentar e de cultivos alimentares locais (valorização de alimentos regionais), e na relação entre saúde e consumo de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos.

Na agricultura sertaneja a mulher sempre esteve presente no processo produtivo dos alimentos e na organização do quintal. Assim, grande parte das

experiências e produção de alimentos consumidos e comercializados nas feiras agroecológicas é realizada em quintais e SAFs, e tem como protagonistas as mulheres, mesmo quando o trabalho é compartilhado com os demais membros da família. Como pode ser constatado nos estudos de Freitas (2012), Oliveira (2009), Sabbato et al. (2009) entre outros. Mediante o exposto, o presente trabalho busca discutir sobre o campesinato e a produção de alimentos em quintais agroecológicos de algumas famílias da microrregião do Sertão de Pajeú, Pernambuco, e as contribuições destes espaços de produção na construção de estratégias para autonomia, soberania alimentar e convivência com as especificidades naturais do Semiárido.

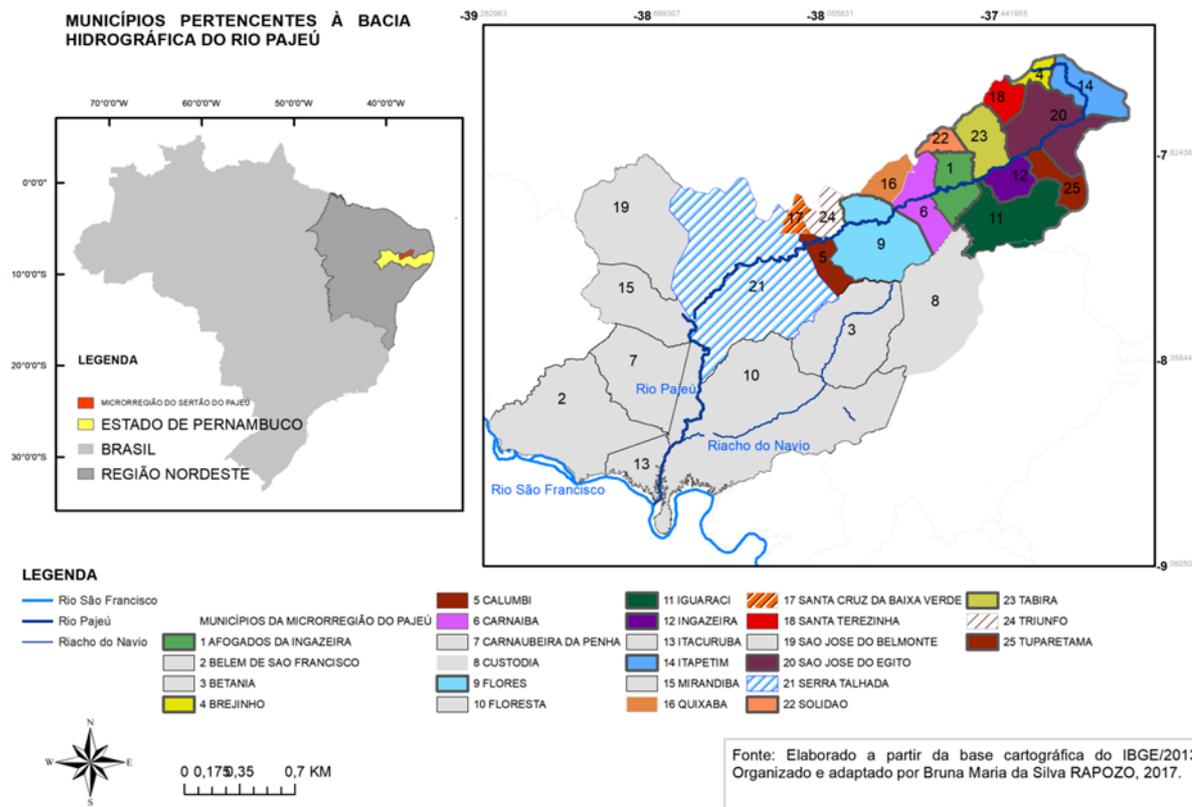
2. Material e método

A pesquisa foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica embasada nos autores Caporal e Costabeber (2004), Hecht (1998) Leonel (2010), Marques (2002), entre outros, que forneceram base teórica para discussão. Coleta de informações por meio de entrevista semiestruturada com os indivíduos responsáveis pela organização e produção nos quintais e caracterização dos quintais agroecológicos.

A área de estudo encontra-se na microrregião do Pajeú, localizada no centro-norte do estado de Pernambuco, inserida na mesorregião do Sertão de Pernambuco, próximo ao limite com o estado da Paraíba. De acordo com o censo demográfico 2010 do IBGE, nessa microrregião possui população de 314.603 habitantes, sendo 199.726 habitantes na área urbana e 114.877 habitantes na zona rural.

O Sertão do Pajeú está localizado na bacia do rio Pajeú, a cerca de 423 km² da capital do estado de Pernambuco, Recife. O rio Pajeú é de grande importância hídrica para região e para Pernambuco por ser a maior bacia hidrográfica do estado, com área de 16.838,70 km², que corresponde a 17,02% da área do estado de Pernambuco. De acordo com dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE 2010), o Sertão do Pajeú ocupa uma área de 10.828 km², distribuídas entre 20 municípios (Figura 1).

Figura 1 - Municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú, Pernambuco.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE/2013. Organizado por Rapozo (2017).

O estudo foi realizado entre os anos de 2016 e 2017, com a participação de oito famílias agricultoras² distribuídas entre três municípios e cinco comunidades da microrregião do Pajeú (Sítio Carro Quebrado - Município de Trinfo – PE; Sítio Cachoeira - Município de Santa Cruz da Baixa Verde – PE; Sítio São José dos Pilotos - Município de Santa Cruz da Baixa Verde – PE; Sítio São José dos Pilotos - Município de Santa Cruz da Baixa Verde – PE; Assentamento Barra Nova – Município de Serra Talhada – PE; Assentamento Lajinha - Município de Serra Talhada – PE). Inicialmente foram identificadas as famílias que possuíam quintais agroecológicos e/ou sistemas agroflorestais, e em um universo de mais de 100 famílias, algumas foram convidadas a participar da pesquisa. Estas como as demais famílias, cultivam alimentos para o autoconsumo e comercialização nas feiras agroecológicas, cooperativas e venda na própria comunidade. A participação no estudo ocorreu de forma voluntária, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

² Todos os sujeitos entrevistados autorizaram o uso dos depoimentos e nomes em publicações referentes à pesquisa, através da assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido.

3. Agricultura camponesa e as estratégias para autonomia e reprodução social

A expansão das relações capitalistas no campo tenta neutralizar as estratégias e resistências camponesas para em seguida submeter os sujeitos, a terra, os bens naturais e os saberes tradicionais milenares ao capital. No entanto, o campesinato se readapta e cria novas formas de resistir e existir no campo. Nessa perspectiva, o campesinato pode ser entendido como um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais imediatas estruturadas em torno da família, dos laços de parentesco e vizinhança fortalecidos pelos vínculos de solidariedade e valores morais que são requisitos sociais básicos existentes nas comunidades rurais sertanejas.

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de forma de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamentos”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2002, p. 2).

Assim, a agricultura camponesa deve ser compreendida dentro do contexto das transformações históricas e sociais ocorridas no campo, visto que campesinato é uma categoria política, historicamente construída nas lutas e resistências de homens e mulheres que têm o espaço rural como lugar de trabalho, morada e de vida. A historiografia do espaço agrário brasileiro mostra que os camponeses possuem grande capacidade de adaptação, de reinventar-se, de se organizar e articula-se entre si, sempre que necessário. Essa organicidade e capacidade de adaptação é possível graças à diversidade camponesa existente, não havendo assim um modelo ou perfil de camponês pré-existente. Há o camponês sitiante, camponês assentado, camponês quilombola, camponês morador de condição, entre outros.

O modo de produção e vida camponês está organizado com base na família nuclear, que em posse dos meios de produção (terra, água), utiliza sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém como resultado do trabalho certa quantidade de bens, “o que caracteriza o camponês como um sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhes são próprios” (CARVALHO, 2004, p. 323). Mesmo estando inseridos na sociedade capitalista com racionalidade hegemônica, muitos agricultores camponeses desenvolve práticas de produção e de existência não capitalista, ações menos agressivas a natureza, bens naturais e ao

próprio ser humano. Nesse contexto as práticas agroecológicas são retomadas assim como outros conhecimentos e saberes tradicionais que dialogam com os conhecimentos científicos e possibilitam a construção de estratégias e ações políticas e sociais que contribuem com o processo de produção agrícola e convivência com o semiárido.

A agricultura familiar (e camponesa) é responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos no país, mesmo que essa produção não seja orgânica ou agroecológica os dados do Censo Agropecuário de 2006 visibiliza a agricultura família como unidade de produção essencial para o abastecimento de alimentos no mercado interno brasileiro. De acordo com Censo Agropecuário do IBGE (2006) os agricultores familiares são responsáveis pela produção de mandioca (87%), feijão (70%), aves (50%), suínos (59%), leite (58%), milho (46%) e arroz (34%) que chega às mesas dos brasileiros.

Com relação à produção agrícola camponesa na microrregião do Pajeú, o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 revelou que, nesta região, a agricultura camponesa compreende a 61% da área dos estabelecimentos rurais existentes. Ao todo são 27.426 estabelecimentos agrícolas familiares que ocupam uma área de 320.187 hectares, o que corresponde a 11,67 hectares por família. Mas de acordo com os entrevistados, no Pajeú as propriedades são muitas vezes deixadas como herança pelos pais para os filhos, que constroem casas e pequenos roçados, assim em uma propriedade pode existir mais de duas famílias morando e trabalhando na terra.

Os sítios são constituídos por pequenos sistemas produtivos como o roçado e o quintal, por exemplo. O roçado é uma área de cultivo de regime sazonal ou de sequeiro, praticada durante os meses de chuva (que é conhecida pelas agricultoras e agricultores como agricultura de inverno). Já o quintal é cultivado de forma contínua e diversificado por ser uma área menor e próxima a casa, o que possibilita manter a produção com a água armazenada nas cisternas durante o período de chuva. A retomada dos conhecimentos agrícolas tradicionais e em diálogo com os conhecimentos técnicos e científicos possibilita a construção de novas estratégias para a agricultura camponesa do Sertão Semiárido.

De acordo com os entrevistados o manejo dos quintais e SAFs são realizados com base nos princípios e práticas ecológicas, ou seja, realizado sem uso de agrotóxicos, defensivos agrícolas, pesticidas, praguicidas ou quaisquer outros tipos de substâncias químicas tóxicas. Para combater as “pragas” as famílias utilizam os defensivos naturais fabricados pelas próprias famílias. Elas demonstram ter consciência dos riscos do agrotóxico à saúde humana e da natureza. O uso de agrotóxicos pode acarretar vários problemas; por exemplo, a degradação do solo pode envolver

salinização, alagamento, compactação, contaminação por agrotóxicos, declínio na qualidade da sua estrutura, perda de fertilidade e erosão (GLIESSMAN, 2000, p. 41). Os efeitos dos agrotóxicos são diversos, mas a agricultura brasileira é fortemente baseada no uso indiscriminado de agentes químicos, em larga escala, mesmo sabendo-se da periculosidade do uso e consumo de alimentos contaminados com substâncias químicas, a produção e uso crescem cada vez mais no campo brasileiro. Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2012) desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do planeta.

Os agrotóxicos são substância química que vem causando sérios transtornos e distúrbios à saúde humana, contaminação que ocorre por via direta, quando o agricultor ou trabalhador rural manuseia o veneno de forma inadequada ou por vias indiretas, como, por exemplo, com o consumo de alimentos contaminados.

Alguns estudos como os de Ferreira et al. (2000), Lourenço (2003), Levigard (2001), Schmidt e Godinho (2006), Paz de Lima (2008), apontam os casos e efeitos adversos crônicos das intoxicações por agrotóxicos. A exposição a alguns agrotóxico pode causar problemas de ordem neurocomportamentais diversos, de acordo com Peres et al. (2003, p. 32) os efeitos sobre a saúde podem ser de dois tipos: “1) efeitos agudos, resultantes da exposição a concentrações de um ou mais agentes tóxicos capazes de causarem dano efetivo aparente em um período de 24 horas; 2) efeitos crônicos, resultantes de uma exposição continuada a doses relativamente baixas de um ou mais produtos”.

Durante a pesquisa, constatou-se que as famílias entrevistadas utilizam os defensivos naturais à base de extrato das folhas de Nim (*Azadirachta indica*). Ainda de acordo com elas esse composto controla e combate os insetos e doenças sem uso de veneno. Com relação ao uso dos agrotóxicos, uma das entrevistadas, Dona Alexandrina declara que nunca usou veneno na terra dela e não pretende usar.

Sou contra o uso de veneno porque só o nome já diz que é veneno, e veneno mata. É algo que prejudica, tenho isso pra mim, desde pequena porque quando eu pegava uma fruta do mato minha mãe falava: “não coloque isso na boca, não coma isso que é venenosa, têm veneno, isso mata se comer” aí eu já cresci com essa ideia que veneno é ruim (D. Alexandrina, 55 anos, agricultora do Assentamento Barra Nova – Serra Talhada, PE. 2016).

Quando conversamos com Dona Socorro, no Sítio São José dos Pilotos, ela também expõe sua opinião sobre o uso de agrotóxico e a relação existente entre este com os casos recorrentes de câncer, fazendo uma analogia entre o tempo atual e o tempo que ela foi “criada”.

Quando eu fui criada a gente não ouvia falar em tantas doenças, em câncer, agora ouvimos falar nessas doenças, isso é devido à alimentação. O povo come alimentos pulverizados com o veneno, né? Não sabem a origem do que come e não come alimento, comem comida que vai matando aos poucos. O que a gente produz, comer e vende não leva nada de veneno, só estrume de vaca, galinha, matéria morta, e tudo que a terra produz ela consome, (D. Socorro, 72 anos, agricultora do Sítio São José dos Pilotos - Santa Cruz da Baixa Verde -PE. 2016).

A fala de Dona Socorro é contundente com relação aos efeitos maléficos dos venenos utilizados por alguns agricultores na produção de alimentos, como também revela a importância do cultivo de alimentos livres de agrotóxicos. Ela possui em seu quintal uma diversidade de alimentos e plantas medicinais (mandioca, cenoura, tomate cereja, feijão, coentro, cebola, alface, umbu cajá, hortelã, erva-doce, erva-cidreira café). De acordo com ela as plantas medicinais sempre foram utilizadas como fonte de bem-estar e cura das epidemias e enfermidades do corpo e do espírito.

4. Agroecologia e Soberania Alimentar

No sertão semiárido são muitos os desafios enfrentados pela população rural para conviver nessa região, mas com relação à questão hídrica há uma má distribuição das chuvas no tempo e espaço, isso aliado às altas taxas de evaporação causa às secas cíclicas. Assim, a questão está nas formas de armazenamento da água das chuvas, visto que as chuvas concentram-se em três ou quatro meses do ano, não raro dando lugar às enxurradas com trovoadas; essa concentração ultrapassa os 50% do total anual, chegando muitas vezes a aproximadamente 70% das chuvas do ano (Nimer, 1977).

O campesinato sertanejo tem buscado formas e estratégias para superar os desafios e limitações impostas pelas condições naturais e climáticas da região, mas com técnicas e manejo adequado para realidade dos agroecossistemas do sertão e da Caatinga os sertanejos estão mudando a realidade que outrora era de dificuldade em acesso a água, a alimentação saudável e regular, a renda insuficiente para satisfazer as necessidades das famílias. Com acesso as tecnologias e conhecimento agroecológico as famílias estão construindo um novo modo de produzir e viver com acesso a água através da captação e armazenamento de água das chuvas nas cisternas de placas³, poços subterrâneos, cisternas calçadão entre outras que tem

³ Deve-se destacar o importante papel da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) no enfrentamento do déficit de acesso à água com a execução do Programa Um Milhão de Cisternas no Semiárido – P1MC, e recentemente com o Programa Uma Terra e Duas Águas

possibilitado o acesso à água para o uso doméstico, consumo humano e produção de alimentos nas hortas, agroflorestais e quintais produtivos.

De acordo com a equipe técnica que prestam assistência técnica as famílias, os quintais e sistemas agroflorestais requerem o uso de pouca água, visto que são utilizadas tecnologias sociais simples, como os canteiros econômicos que são espaços construídos para o cultivo de hortaliças, plantas medicinais e condimentos em que são utilizados reduzidos volumes de águas utilizadas na irrigação. Essa tecnologia associada a outras proporcionam diversos benefícios para os agricultores, tais como diversificação da produção agrícola, melhoraria da alimentação e a geração de renda para as famílias que reduzem a dependência às políticas assistencialistas e mandonismo local.

As práticas e experiências agroecológicas tem possibilitando a construção de outro modo de vida que transcende a produção de alimentos, um modo de produção e reprodução da vida que resgata um conjunto de valores próprios do camponês, a solidariedade, suas tradições, identidade e cultura, além de visar uma equidade e justiça social que de forma integradora possibilita também com a convivência a seca e os longos períodos de estiagem do sertão.

Nesse contexto, a agricultura agroecológica vai além de um conjunto de técnicas para o manejo dos bens naturais e produção de alimentos saudáveis, ela é também um modo de vida, estratégia de enfrentamento político, luta e resistência dos agricultores camponeses que veem o campo como um espaço de vida, de trabalho, de construção de conhecimentos e relações sociais mais justas e solidárias.

Ao longo da história e tempo, os saberes e conhecimentos tradicionais foram sendo sistematizados, comprovados ou refutados pelo conhecimento científico e ciência. Assim, para alguns teóricos, como por exemplo, Petersen (2009) a Agroecologia é um enfoque científico que fornece as diretrizes conceituais e metodológicas para a orientação de processos voltados a “refundação” da agricultura na natureza por meio da construção de analogias estruturais e funcionais entre os ecossistemas naturais e os agroecossistemas. Para Guzmán (2004, p. 14), a Agroecologia constitui uma forma de resistência popular agrária à modernização, apresentando-se como uma alternativa ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais. Por outro lado, Altieri (2012, p. 159) chama atenção para o fato de que os sistemas agrícolas complexos, desenvolvidos pelos camponeses, acabam garantindo a segurança alimentar da comunidade e a conservação da biodiversidade e

(P1+2, uma (1) terra para produção e dois (2) tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos (ASA, 2015). Maiores informações acessar: <http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>.

dos recursos naturais, além de exercer uma série de serviços culturais e ecológicos para os sujeitos do campo.

Embora não haja um consenso entre os teóricos da Agroecologia, tem que se admitir que o Agroecologia enquanto ciência tem mediado o diálogo entre os conhecimentos tradicionais dos agricultores e o conhecimento científico/acadêmico, e fortalecido a retomada de conhecimentos milenares dos povos e comunidades tradicionais que outrora eram considerados atrasados. Esse diálogo também colabora com a construção de novos conhecimentos, práticas, técnicas e tecnologias sociais que proporcionam a diversificação alimentar, geração de renda monetária, ao mesmo tempo em que propicia o estreitamento dos laços de solidariedade e espírito de cooperação no processo de produção agrícola, consumo e comercialização justa e direta dos alimentos.

Quanto ao abastecimento alimentar e a segurança alimentar esses ganham bastante notoriedade durante o século XX, mas é só durante a década de 1980 que a Segurança Alimentar começa a permear as discussões acadêmicas. Por ser este um tema considerado, na época, um tabu, ou tema “proibido” porque evidenciava a problemática da fome ele foi negligenciado. De acordo com Maluf (1996), a utilização da noção de segurança alimentar limitava-se até então a avaliar o controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo a desnutrição infantil.

De acordo com a FAO (1997) a segurança alimentar corresponde ao direito das pessoas alimentarem-se em todos os momentos, ter uma alimentação que seja suficiente, segura, e que atenda as necessidades nutricionais e preferências alimentares, de modo a propiciar vida ativa e saudável. A segurança alimentar é uma política utilizada pelos governos para definir estratégias de políticas públicas, traz a concepção a garantia do alimento em quantidade e qualidade às populações em situação de insegurança alimentar (VINHA e SCHIAVINATTO, 2015. p. 184-185). A definição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), segurança alimentar é a garantia de que as famílias tenham acesso regular e permanente a conjunto básico de alimentos em quantidade e qualidade significantes para atender aos requerimentos nutricionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

Já a soberania alimentar visa garantir a autonomia das famílias e comunidades no que diz respeito ao direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo que preserve os hábitos alimentares, a cultura e suas tradições. Que sejam capazes de manter uma produção saudável, nutritiva e diversificada que supra as necessidades das famílias, comunidades, povos do campo e da cidade. De certa forma a soberania alimentar vem negar a lógica de mercado imposta pelo sistema capitalista e agronegócio que converte o alimento em mercadoria, e cria novos hábitos

alimentares que visa à produção de mercadorias em massa, e coloca em risco a autonomia das famílias camponesas, a diversidade genética e agroecossistemas alimentares como um todo. Mendonça e Rosset (2009) afirmam que a Soberania Alimentar foi constituída como uma proposta que contesta o projeto capitalista porque foi formulada a partir das iniciativas dos movimentos sociais do campo e, nesse sentido apresenta-se destacando as incongruências da produção alimentícia das grandes empresas.

Como alternativa ao conceito de segurança alimentar e políticas neoliberais que transformou o alimento em mercadoria e mercado promissor para extração de mais-valia e acumulação de riqueza, em 1996 durante o Encontro de Cúpula Mundial pela Alimentação (WFS), a Via Campesina propôs o princípio de soberania alimentar. A proposta da Via Campesina visa outras práticas e desenvolvimento alternativo ao padrão neoliberal, ou seja, “a eqüidade e o respeito às diferenças e combatendo a imposição de modelos nos quais predominem uma só forma de vida ou um só modelo de desenvolvimento” (VIA CAMPESINA, 2000). Nesse contexto, o conceito de segurança alimentar envolve a dimensão da produção, investimento público e privado na agroindústria, livre comércio sem que o Estado controle os preços dos alimentos. De acordo com a Via Campesina (2002), a noção de soberania alimentar diz respeito:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002).

O conceito de segurança alimentar está nas agendas internacionais desde 1948 quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmava que “todos têm direito a um padrão de vida adequado para a saúde e alimentação” (ARMAR-KLEMESU, 2000). De acordo com Esterik (2007) Segurança Alimentar significa a garantia da obtenção de alimento em quantidade e qualidade suficientes para que todos possam manter uma vida produtiva e saudável, hoje e no futuro. Em 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação, o assunto volta ao centro da discussão, evento que reuniu diversos países na cidade de Roma - Itália onde se firmaram os acordos para reduzir em 50% a quantidade de pessoas famintas até o ano de 2015. Com relação à fome e insegurança alimentar, elas não estão relacionadas à falta de alimentos, e sim a falta de recursos financeiros para compra de alimentos no mercado.

A noção de soberania alimentar problematiza e questiona o modelo de agricultura hegemônico e produção agrícolas em massa que visa essencialmente o lucro e acúmulo de riqueza. O acesso a uma alimentação saudável é considerado um direito humano fundamental para a sobrevivência humana, em tese, ele é garantido pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O DHAA está, em tese, assegurado pelo poder jurídico nacional e internacional, como pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais e pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

De acordo com Valente et al. (2007), essas normas internacionais reconhecem o direito de todos à alimentação adequada e ao direito fundamental de toda pessoa estar livre da fome, como pré-requisito para realização de outros direitos humanos. Embora haja algumas normas que “garantem” o direito à alimentação, na verdade não há garantias reais de acesso por parte da população mais pobre a alimentos em quantidade e qualidade. O fato é que esse direito tem sido negligenciado à medida que os grandes grupos econômicos mantêm o controle da cadeia de produção agrícola e, assim os preços dos alimentos, acentuando as desigualdades, concentração de renda e insegurança alimentar nos centros urbanos e áreas rurais.

5. Quintais agroecológicos e soberania alimentar no Sertão do Pajeú

Na microrregião do Sertão do Pajeú algumas famílias camponesas têm utilizado os princípios da agroecologia como estratégia para assegurar a produção de alimentos para o consumo próprio e geração de renda a partir dos quintais e comercialização de parte dos alimentos nas feiras agroecológicas, cooperativas e programas governamentais. Os quintais são espaços produtivos cuja gestão está tradicionalmente sob o controle das mulheres. Além de proverem parcela importante da alimentação das famílias, são essenciais para a conservação da agrobiodiversidade (OLIVEIRA, 2009, p. 35).

Os quintais ou arredor de casa tem se transformado em espaço produtivo de grande importância para diversificação da produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e insumos químicos, possibilitando assim, a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e gerando renda para a mesma, com a comercialização de parte desses alimentos nas feiras agroecológicas locais. No sertão o quintal agroecológico é uma importante tecnologia social, por ser este espaço não apenas lugar de produção de alimentos, mas de um conjunto de práticas, saberes e valores próprios do povo sertanejo.

As famílias entrevistadas passaram pelo processo de transição agroecológica, ou seja, o processo de conversão de sistemas agrícolas convencionais para o agroecológico. Nesse processo há uma junção dos saberes e conhecimentos dos agricultores sobre os agroecossistemas e conhecimentos científicos que através do diálogo de saberes possibilitam a construção (ou retomam) de tecnologias alternativas para o manejo ecológico e sustentável dos agroecossistemas alimentares e bens naturais como um todo, assim os processos de transformações rumo à sustentabilidade e outra forma de relação sociedade - natureza, de produzir e consumir. De acordo com Balestro e Sauer (2009), a transição agroecológica propõe mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos, atingindo diretamente a soberania e segurança alimentar. Há na transição agroecológica um caráter multidisciplinar pautado nas necessidades e potencialidades locais (COSTABEBER, 1998).

De acordo com os dados da pesquisa os entrevistados produzem alimentos de forma diversificada com água captada e armazenadas na cisterna calçada e cisterna subterrânea, utilizando a água da cisterna de 16 mil litros (primeira água) para o consumo doméstico. Essas famílias produzem nos quintais agroecológicos e sistemas agroflorestais. A partir do momento que as famílias garantem a diversificação de alimentos em quantidade e qualidade também ganham certa autonomia com relação ao mercado visto que não gastam mais dinheiro com a compra de comida, pelo contrário, as famílias produzem para o autoconsumo e a comercialização. A diversidade de alimentos produzidos pelas famílias entrevistadas pode ser observada na sistematização dos dados referente aos quintais agroecológicos e SAFs (Quadro 1 na página seguinte).

Os dados do quadro acima mostram os tipos de alimentos cultivados e animais criados pelos sujeitos da pesquisa no ano de 2016 e 2017, que foi considerado um dos períodos mais seco do sertão que enfrentava quase 6 anos de seca. Durante a pesquisa ficou visível à diferença gritante existente entre as famílias que produziam de forma agroecológica para as que ainda estavam no sistema de produção convencional. O agroecossistema dos sítios possuía maior quantidade de matéria orgânica no solo e cobertura vegetal, favorecendo assim a reciclagem de nutrientes e a conservação da umidade do solo.

Quadro 1 - Tipos de alimentos cultivados e animais criados pelas famílias entrevistadas

COMUNIDADE E MUNICÍPIO	FAMÍLIA	CEREAIS	HORTALIÇAS E LEGUMES	FRUTAS	criação DE ANIMAIS	PLANTAS MEDICINAIS E CONDIMENTOS
Sítio Carro Quebrado - Município de Trinco - PE	D. Ducarmo e S. Milton	6	5	19	1	8
Sítio Cachoeira - Município de Santa Cruz da Baixa Verde - PE	D. Evaneide e S. Ivanildo	4	10	11	1	11
Sítio São José dos Pilotos - Município de Santa Cruz da Baixa Verde - PE	D. Aparecida e S. Raimundo	4	13	16	4	7
Sítio São José dos Pilotos - Município de Santa Cruz da Baixa Verde - PE	Dona Socorro	4	10	12	4	9
Sítio São José dos Pilotos - Município de Santa Cruz da Baixa Verde - PE	D. Fabiana	6	19	10	5	7
Assentamento Barra Nova - Município de Serra Talhada - PE	D. Alexandrina e S. Luiz	3	8	10	5	9
Assentamento Lajinha - Município de Serra Talhada - PE	S. Genivaldo	4	14	19	5	15

Fonte: Organizado pela autora com dados da pesquisa de campo realizada em 2016 e 2017.

Algumas agriculturas relataram a importância do quintal e produção agroecológica para as famílias que a partir da produção tiveram acesso a alimentos em quantidade e qualidade para o autoconsumo e para geração de renda com comercialização direta nas feiras agroecológicas locais. Dona Maria Aparecida (51 anos), Agricultora, que mora no sítio São José dos Pilotos, no município de Santa Cruz da Baixa Verde relata que conquistou a autonomia alimentar e financeira através da diversificação de cultivos do quintal agroecológico que existe desde a década de 1990, mas a partir de 2004 foi ganhando forma e ressignificação com o acesso a algumas tecnologias sociais, tais como: cisternas de 16 mil litros (para captação de água para o consumo doméstico), cisterna calçadão (água para produção), canteiros econômicos entre outras. Quando perguntamos o que o quintal representava para ela, ela respondeu o seguinte:

Ah! Meu quintal representa muita coisa boa pra mim... Saúde tanto para eu ter alimentos para botar na mesa de qualidade, consumir saúde e vender saúde. Tudo que chega na Feira Agroecológica de Serra Talhada é da minha hortinha aqui, tudo... Todas as coisas que tiver naquela banquinha é tudo do meu terreno aqui, sem nada de agrotóxico. Graças a deus a melhor coisa que tem é ter honestidade. Ter honestidade na sua casa, ser honesto na sua mesa e ser honesto com seus consumidores. Isso é bom demais (D. Aparecida, 51 anos, agricultora do Sítio São José de Pilotos - Santa Cruz da Baixa Verde - PE, 2016).

Esse sistema de produção oferece uma série de bens e serviços durante todo o ano, visto que respeitam o tempo e sazonalidade dos alimentos. Com acesso a água através das cisternas, e tecnologias simples como os canteiros econômicos, por exemplo, e manejos adequados às famílias conseguem retirar do quintal uma diversidade de alimentos e sementes imprescindíveis para sua manutenção, ao mesmo tempo em que diminui sua dependência ao mercado convencional.

A família de Dona Aparecida, assim como as demais famílias entrevistadas, cultivam diversos alimentos e cria animais de pequeno e grande porte. Ela produz hortaliças, cereais e possui criação de bovino, ovino e galinha. Quanto à renda gerada pela comercialização dos alimentos cultivados no quintal, de acordo com Dona Aparecida, chega a mais ou menos um salário mínimo (R\$880,00) por mês. Por feira a família tira R\$ 240,00 (duzentos e quarenta), quase R\$ 300,00 (trezentos), diminuindo as despesas com o transporte, fica quase um salário. “Depois que tiro todas as despesas, ainda compensa bastante produzir de forma agroecológica, já fiz o orçamento” (D. Aparecida).

A fala de dona Aparecida é bem parecida com a fala das demais famílias que melhoraram sua qualidade de vida e através da transição agroecológica, acesso as tecnologias sociais, cisternas e assistência técnica específica para produção agroecológica e orgânica. A Agroecologia vem se mostrando importante ferramenta para construção da soberania e segurança alimentar da população do campo que antes da implantação das práticas agroecológicas não tinham acesso a uma dieta alimentar rica, diversificada e regular.

Conforme os entrevistados o quintal agroecológico é um espaço importante do sítio por ser um espaço de formação pedagógica onde se ensina e se aprende relações de igualdade entre os sujeitos, socialização de saberes, produção de alimentos, de trabalho e de construção de relações de poder.

Como afirma Leonel (2010):

É neste pequeno espaço que se constrói mais vida, mais esperança e dele se tiram os recursos, alimentos e outros bens necessários à preservação e manutenção da existência no semiárido, e, além disso, se resgatam e selecionam sementes nativas e/ou crioulas, se criam pequenos animais e se cultivam os sistemas agroflorestais formados por uma diversidade de plantas (...). É ali, no quintal que nas noites enluaradas se reúnem as pessoas para debulhar o milho e o feijão que irão faltar a mesa da família e saciar a fome de cada dia. (LEONEL, 2010, p. 56).

Para algumas mulheres do Sertão do Pajeú, o quintal viabilizou a conquista da autonomia econômica, motivação para o aumento da autoestima e participação em

outros espaços de trocas de experiências entre agricultoras e agricultores. Embora os homens também trabalhem nos quintais, este espaço é muitas vezes reivindicado pelas mulheres por ser espaços de poder que potencializam o acesso à renda e possibilitam a ocupação de outros espaços políticos outrora ocupados apenas por homens, como as feiras, sindicatos, intercâmbios e oficinas. De acordo com o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC) que assim como as famílias agricultoras do Pajeú também tem utilizado o quintal agroecológico com ferramenta pedagógica, “os quintais são espaços onde se ensina e aprende relações de igualdade entre todos os seres vivos: solo, microrganismo, água, ar, sol, vento, vegetais, aves, reptéis, lavoura, o ser humano, enfim, há um esforço de integrar toda a biodiversidade como parte do universo” (MMC/SC, 2015, s/p).

O quintal que outrora era visto como espaço sem valor e extensão do espaço doméstico foi sendo potencializado pelas agricultoras que através dos seus conhecimentos e trabalho transformaram o quintal é uma espécie de laboratório de experimentação aonde vão experimentando, adaptando, conservando e multiplicando as sementes crioulas e construindo estratégias coletivas para soberania e segurança alimentar das famílias e autonomia econômica, social e política para mulheres agricultoras. De acordo com Jalil (2013) para boa convivência com o Sertão e o regime irregular de chuvas, o trabalho e conhecimento da mulher sobre a natureza é essencial. Ainda de acordo com a autora, as mulheres são as responsáveis pelas tarefas domésticas, além do trabalho da produção, da agricultura, do beneficiamento, da comercialização, da participação em espaços de representação política.

Os quintais agroecológicos têm um impacto positivo no modo de vida e na Soberania e Segurança Alimentar das famílias camponesas sertanejas que cultivam espécies vegetais, medicinal, ornamental, madeireiro e animais de pequeno porte. No que diz respeito à comercialização dos alimentos e produtos agroecológicos, todas as famílias entrevistadas comercializam na feira agroecológica semanalmente, e dependendo da quantidade produzida também vendem a produção para uma cooperativa local e programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dona Fabiana (28 anos) é uma das agricultoras que comercializa na feira agroecológica e entrega alimentos para Cooperativa Adessu Baixa Verde.

Dona Fabiana participa da feira agroecológica há mais de quatro anos e de acordo com ela tudo que leva vende, às vezes sobra algumas coisas, mas isso é normal. Ela afirma que já tem freguesia certa, “são doutores, advogados, professores, entre outras pessoas que pensam um pouco mais na saúde e consideram a origem do alimento importante”. A principal fonte de renda da família é a comercialização dos

produtos do quintal, no entanto, Dona Fabiana não soube informar ao certo quanto ganha por mês, mas a renda é boa.

Quando não levo muita coisa, eu apuro uns 300 reais por feira, às vezes até mais, eu apuro quando levo galinha quando levo ovos. Já cheguei a apurar até uns 500, 600 contos por feira. Feira boa! O problema é você ter produtos, tendo produtos você vende. Eu só estou apurando 300 reais porque não estou tendo muita coisa agora porque não tá tendo como você manter por causa das pragas. O forte da feira é couve, coentro alface, rúcula, essas coisas, (D. Fabiana, 28 anos, agricultora do Sítio São José dos Pilos, 2016).

No Sertão do Pajeú, o processo de certificação dos produtos agroecológicos das famílias entrevistadas, e de outras famílias camponesas, estão em curso desde a década de 1990, sendo mediada pela Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu) com assessoria do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá) e do Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR). A certificação é realizada por meio de controle social, ou seja, são os próprios agricultores os responsáveis pelo controle da certificação. Os técnicos das organizações citadas fazem uma vistoria nas propriedades que produzem de forma agroecológica e/ou orgânica. O manejo dos cultivos é realizado sem o uso de insumos externos à propriedade ou produtos químicos. As famílias utilizam cobertura morta, esterco dos animais, biofertilizante e defensivo natural produzido por algumas agricultoras e agricultores.

Para Dona Fabiana, o quintal representa tudo, inclusive a possibilidade de construção de conhecimento e de luta para conquistar seus objetivos, ter acesso a créditos, assistência técnica e à conquista de direitos como liberdade e autonomia para ir e vir, vestir, comer e escolher o que ela julgar ser melhor para ela e sua família. O quintal dela é bastante diversificado, sem dúvida é uma das propriedades mais diversas que visitamos no Sítio São José dos Pilos. Igualmente, a renda gerada pela família que é a mais alta declarada durante a pesquisa.

6. Algumas considerações

O campesinato enquanto classe social sempre arranja formas de resistência e reprodução do seu modo de vida, saberes, identidade e território, no caso do sertão de Pernambuco, região que possui índice de precipitação baixo e Clima Semiárido a Agroecologia tem se apresentado como ferramenta e estratégia sociopolítica para as famílias camponesas conviverem de forma mais amena com as especificidades naturais que são acentuadas nos períodos de estiagem.

Nesse contexto, a existência e diversidade dos quintais agroecológicos e sistemas agroflorestais estão diretamente relacionados ao tempo de moradia das famílias na terra, e as práticas agrícolas dos seus antepassados, ou seja, faz parte da identidade e herança cultural dos povos do campo. No entanto, foram revitalizados e diversificados a partir do uso de tecnologias simples e assistência técnica específica para produção orgânica e agroecológica.

Constatou-se que mesmo quando não há muita disponibilidade de terra e de água para a produção agrícola, é possível produzir de forma diversificada nos quintais e sistemas agroflorestais. Na maioria dos casos observados as mulheres são as principais responsáveis pela organização e manejo destes espaços, nos casos que o quintal é responsabilidade do homem o trabalho é compartilhado com a mulher, que também é a responsável pelo processamento dos alimentos e comercialização nas feiras agroecológicas, sozinha ou com o companheiro.

Assim, o trabalho desenvolvido pelas mulheres assume papel importante na promoção da soberania e segurança alimentar e resistência da agricultura, no contexto do sertão semiárido. A partir do quintal as famílias agricultoras vêm construindo estratégia para problematizar e pensar outro tipo de agricultura, que garanta a permanência da família na terra com acesso a bens, serviços, alimentação em quantidade e qualidade, renda monetária e condições de viver com dignidade no sertão semiárido.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2012), Notícia “**Seminário volta a discutir mercado de agrotóxicos em 2012**”, de 11.04.2012.

ARMAR-KLEMESU, M. Urban agriculture and food security, nutrition and health. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GUNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H (Ed.). **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda**. Feldafing: Deutsche sitffung für Internationale Entwicklung, 2000.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. Alimentação e modo de vida saudáveis. In: **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF. 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. 2006.

BRASIL. **Protocolo de Atenção à Saúde dos Trabalhadores Expostos a agrotóxicos**. Brasília, DF, 2012.

BRITO Márcia Aparecida; COELHO, Maria de Fátima. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais - unidades auto-sustentáveis. **Agricultura Tropical**, v. 4, n. 1. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília DF: ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar – DATER: IICA, 2004.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste**. Rio de Janeiro. 1988.

CHAYANOV, Alexandre V. Sobre a Teoria dos Sistemas não Capitalistas, In **A Questão Agrária**. Org. José Graziano da Silva e Verena Stalcke, São Paulo, Brasiliense, 1981.

ESTERIK, P. V. **Amamentação e segurança alimentar**. Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. 2007.

ESTEVE, Esther Vivas. **Negócio Da Comida: Quem Controla Nossa Alimentação?** Expressão Popular. São Paulo. 2017.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). (2011), **O Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación**. Roma, FAO, parte I. 2011.

FERREIRA, H. P.; FILHOTE, M. I. F.; HAIKEL, S.; NORONHA, C.; CARVALHO, T. A. Monitoramento dos riscos e efeitos a saúde de agentes comunitários expostos ocupacionalmente aos organofosforados. Estudo ocupacional, clínico e neuropsicológico. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2000.

FREITAS, A. V. L. Plantas medicinais: um estudo etnobotânico nos quintais do Sítio Cruz, São Miguel, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v.10, n.1, 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUZMÁN E. S. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria**. Córdoba, [s. n.]: 2004.

HECHT, S. B. A Evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. (Ed.) **Agroecologia - as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-

FASE, 1989. In: **La praxis Del ecofeminismo**. Org: Mies, Maria. Shiva, Vandana. Ed. Icaria. Barcelona, 1998.

HECHT, S.B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M.A. (ed.). **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

JALIL, Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da luta: O significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFFRJ. 2013.

LA VIA CAMPESINA. **Las semillas son continuidad de la vida y garantía de soberanía alimentaria.** Biodiversidad en América Latina. Buenos Aires, nov. 2003.

LEONEL, Junia Conceição. **Quintais para a vida: agroecologia e convivência com o semiárido.** Fortaleza: CETRA, 2010.

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de "nervos" no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 20, n. 6, nov./dez, 2004.

LOURENÇO, R. C. **Discussão sobre o risco das interações de agrotóxicos na dieta brasileira.** 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco e VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**. v. IV, 1996.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do conceito de camponês.** Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MMA/SC. **Segunda etapa do curso de formação: Produção de auto sustento, quintais produtivo na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres.** Relatório do Curso. Chapeco/SC, 11 e 12 de abril de 2015.

NAIR, P. K. R. 1989. **Agroforestry systems in the tropics.** Dordrecht: Kluwer Academic, (ForesrySciences, 31).

NIMER, E. Clima. In: **Geografia do Brasil: Região Nordeste.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1977.

OLIVEIRA, C. A. Quintais agroflorestais mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. **Revista Agriculturas**, v.6, n.4, 2009.

PERES, F. **É Veneno ou é Remédio? os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos,** 1999. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

PETERSEN, Paulo. ALMEIRA, Silva G. **Ricões transformadores: Trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro.** Rio de Janeiro, 2009.

RIGON, S. A. et al. (Orgs). **Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências.** Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ANA. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

SABBATO, A. D. et al. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.** Brasília: MDA, 2009.

SCHMIDT, M. L. G.; GODINHO. P. H. Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: intoxicações por agrotóxicos e subnotificação. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo**, v. 31, n. 113. 2006.

VALENTE, F. L. S; BURITY V. Franceschini; CARVALHO, T.M.F.; Curso Formação em

Direito Humano à Alimentação Adequada, no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, nov. 2007.

VIVAS, Esther. **Soberania Alimentar, Uma Perspectiva Feminista**. El Viejo Topo, nº.288, Enero 2012.

VIA CAMPESINA **The right to produce and access land: position of Via Campesina on Food Sovereignty**. Presented at the World Food Summit. Roma, novembro de 1996.

VIA CAMPESINA. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5)**. Roma, junho de 2002.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Monica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Nera, Presidente Prudente**, ano 18, nº 26, Edição especial, 2015.